



COMARCA DE CASCAVEL
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Autos n. 0019497-49.2024.8.16.0030
Falência

Vistos.

Classe A Lavanderia de Enxovais Ltda. ajuizou ação noticiando insuperável crise econômico-financeira, razão pela qual pretende ver declarada sua falência, com os respectivos consectários legais.

A ação foi inicialmente ajuizada perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, que determinou a comprovação da hipossuficiência financeira alegada pela autora para pedido de justiça gratuita.

Os documentos vieram à seq. 16 e os autos foram remetidos a esta 4ª Vara Cível e Empresarial Regional, por força da Resolução n. 476, do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

Em seguida, foi determinada a emenda à inicial pela autora, a fim de complementar a documentação apresentada.

A autora se manifestou acostando novos documentos ao feito e pedindo a decretação da falência a título de tutela de urgência.

O pedido foi indeferido no mov. 39.1, e após manifestação e juntada de documentos da requerente (mov. 42), determinou-se nova emenda à inicial para regularização de pontos faltantes.

Houve a habilitação de credores nos autos.

A parte autora apresentou emenda à petição inicial, a fim de incluir no polo ativo a pessoa jurídica **Enxoval Express Ltda.**, alegando se tratar de grupo econômico e pedindo a decretação de falência de ambas (mov. 52.1).

Em seguida, requereu autorização deste juízo para venda de bem de sua propriedade (mov. 54).

Pela decisão de mov. 59 foi determinada que a requerente **Enxoval Express Ltda** acostasse ao feito demonstrativos de resultados acumulados de 2024 e relação de bens e direitos individualizada, com estimativa de valor e documentos comprobatórios, o que foi parcialmente cumprido ao mov. 62.

Instada, a documentação foi complementada ao mov. 66.

É o relatório. Decido.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJS9N BXC9L K4LKK 3QVCK



COMARCA DE CASCAVEL
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

A Lei n. 11.101/2005 faculta ao próprio devedor requerer sua falência, nos termos do art. 97, I, regulamentada pelo art. 105, *in verbis*:

Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos:

I - demonstrações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório do fluxo de caixa;

II - relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos;

III - relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade;

IV - prova da condição de empresário, contrato social ou estatuto em vigor ou, se não houver, a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de seus bens pessoais;

V - os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei;

VI - relação de seus administradores nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária.

Os requisitos se resumem, portanto, aos seguintes: i) documentação contábil; ii) relação de credores; iii) relação de bens; iv) prova da condição de empresário, documentos constitutivos ou panorama societário; v) relação de administradores.

Para melhor compreensão, passo a apreciá-los individualmente.

I. Demonstrações contábeis

A lei exige, neste ponto, que sejam apresentadas ao Juízo as demonstrações contábeis referentes aos três últimos exercícios sociais, além das levantadas especialmente para instruir o pedido. A documentação deve ter sido confeccionada com estrita observância da legislação societária aplicável.

Além disso, deve necessariamente ser apresentado: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório de fluxo de caixa.





COMARCA DE CASCAVEL 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

A ação foi distribuída em 13/06/2024, e a emenda à inicial para inclusão da segunda pessoa jurídica foi apresentada em 01/11/2024. Logo, cabia às requerentes acostar os demonstrativos contábeis a partir do ano de 2021 até o presente.

À seq. 1.6/1.8 e 52.127/52.134 foram juntados os balanços patrimoniais de **Classe A - Lavanderia de Enxovais Ltda.**, quanto aos anos de 2021 a 2024. Os documentos de **Enxoval Express Ltda.** constam à seq. 52.14/52.27 e 62.2.

À seq. 1.9/1.16 e 1.20/1.25 foram apresentados os demonstrativos de resultados acumulados de **Classe A - Lavanderia de Enxovais Ltda.** referentes ao período de 13/04/2012 a 31/01/2024. Nos mov. 52.52/52.87 e 66.2/66.14 constam os documentos referentes aos anos de 2021 a 2024 de **Enxoval Express Ltda.**

Os demonstrativos de resultado de exercício foram apresentados nos mov. 1.17/1.19; 29.2/29.4; 52.24/52.27, 52.131 e 62.3, de modo que suprido o ponto.

À seq. 29.2/29.4; 52.35/52.18 e 52.132 constam os demonstrativos de fluxo de caixa do período exigido por lei.

II. Relação de credores

A documentação referente ao ponto deve observar os parâmetros indicados no inciso II do art. 105, da LREF, a saber: i) indicação nominal dos credores; ii) endereço; iii) importância, natureza e classificação dos respectivos créditos.

A autora Classe A trouxe ao feito os documentos à seq. 15.2, em que indica os dados citados de forma isolada, diante do que foi determinada a apresentação de planilha unificada (mov. 26.1), ao que acostou os documentos à seq. 42.2, complementados no mov. 52.135.

A Lista dos credores unificada de Enxoval Express consta à seq. 52.108.

III. Relação de bens

Foram apresentadas relações de bens e direitos e compõem o ativo das duas requerentes, com estimativa de valor, nos mov. 1.26, 10.3, 29.5.

Nos mov. 29.6/29.7 juntadas a matrícula de imóvel e notas fiscais de aquisição de equipamentos. No mov. 33.2 documentos de veículos.

Ao seq. 52.8 foi juntada nova relação de bens de Classe A, com estimativa de valores.





COMARCA DE CASCAVEL
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Ao seq. 62.7 consta declaração de que **Enxoval Express Ltda** não possui bens patrimoniais.

IV. Prova da condição de empresário, documentos constitutivos ou panorama societário;

O contrato social da autora **Classe A - Lavanderia de Enxovais Ltda.** foi juntado à seq. 1.27, 29.8, 42.4. Os documentos de **Enxoval Express Ltda.** foram apresentados no mov. 52.5/52.7.

V. Livros obrigatórios e documentos contábeis.

À seq. 1.9/1.16, 6.1/6.150; 8.1/8.10; 9.1/9.10 e 11.1/11.11 foram apresentados os livros razão e diário da autora **Classe A Lavanderia de Enxovais Ltda.**

Enxoval Express Ltda. juntou livros de pastas e fichas, razão e diário à seq. 52.29; 52.39/52.51; 52.88/52.98.

VI. Relação de administradores

Constam as relações das autoras à seq. 1.28 e 52.11.

VII. Conclusão

Ante o preenchimento dos requisitos legais, com fundamento nos art. 99, 105 e 107 da Lei 11.101/2005 e 487, I do Código de Processo Civil, DECRETO A FALÊNCIA das empresas **Classe A Lavanderia de Enxovais Ltda.** e **Enxoval Express Ltda.**

i. Fixo o termo legal da falência no 90º dia anterior ao pedido de autofalência (art. 99, II, da Lei n. 11.101/2005).

ii. Nomeio, como Administrador Judicial **Auxilia Consultores**, assinando-lhe o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que indique representante em juízo, assine termo de compromisso legal e, imediatamente, dê início ao cumprimento de suas obrigações, na forma do disposto no art. 22 da Lei n. 11.101/2005.

Com observância ao disposto no artigo 24, da Lei n.º 11.101/2005, fixo a remuneração do Administrador Judicial inicialmente em 5% (cinco por cento) do ativo arrecadado de modo definitivo para a massa, sem prejuízo de uma possível revisão, a depender da base de cálculo que será formada a partir de seu trabalho;

iii. Intimem-se os representantes da falida, através de seu advogado, para que, em 05 (cinco) dias, juntem declaração particular, com firma reconhecida em cartório (por autêntica ou





COMARCA DE CASCAVEL
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

verdadeira), declarando sua expressa ciência acerca dos termos do art. 104 da Lei n. 11.101/2005, bem como apresentando na mesma declaração as informações requeridas pelo referido artigo.

iv. Publique-se o edital na forma do § 1º do art. 99 da Lei nº 11.101/2005.

v. Publicado o edital mencionado acima, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem ao administrador judicial suas habilitações de crédito, bem como suas divergências quanto aos créditos relacionados.

vi. Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005.

vii. Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, submetendo-os preliminarmente à autorização judicial.

viii. À Serventia para que expeça ofício ao Registro Público de Empresas para que proceda à anotação da falência no registro da falida, para que conste a expressão “Falido”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/2005.

ix. Além disso, comunique-se a FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, a FAZENDA ESTADUAL/PR e MUNICIPAL, para que tomem conhecimento da falência, inclusive para o fim de suspender o CNPJ e Inscrição Estadual da empresa falida.

x. Determino a expedição de ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis, Detran e Receita Federal para que informem a existência de bens e direitos da falida e de seus sócios.

xi. Da mesma forma, à Serventia para que expeça ofício (via mensageiro) a todos os Cartórios Registrais e Notariais de Foz do Iguaçu, para que remetam a esse juízo todas as matrículas, escrituras públicas e procurações em que conste como parte a empresa falida.

xii. Ainda, consulte no Sistema RENAJUD, se a empresa falida possui bem móvel registrado em seu nome, caso positivo, proceda a inclusão de restrição parcial. Também proceda a consulta de certidão histórica em nome da mesma (não sendo possível a exibição da certidão histórica, certifique-se nos autos e expeça ofício).

xiii. Expeça-se ofício informando a JUNTA COMERCIAL a decretação de quebra e solicitando que remeta aos presentes autos todos os atos das falidas lá arquivados.

xiv. A expedição de ofício à RECEITA ESTADUAL e FEDERAL para que encaminhem todas as declarações da empresa falida referentes aos últimos 03 exercícios (inclusive as Declarações de Imposto de Renda).

xv. Expedição de mandado de arrecadação e avaliação de bens, que deverá ser acompanhada pela Administradora, o que será cumprido, obviamente, após a aceitação do encargo.





COMARCA DE CASCAVEL
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

- xvi. Ciência ao Ministério Público da presente falência.
- xvii. Por fim, ante o pedido de mov. 54, manifeste-se o administrador judicial. Oportunamente, conclusos.

Diligências necessárias.

Cascavel(PR), datado e assinado eletronicamente^[2]

LUCIANO LARA ZEQUINÃO
Juiz de Direito Substituto

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJS9N BXC9L K4LKK 3QVCK